

1 Ata da 13ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos 2 Impactos dos Agrotóxicos

3
4 Aos dezoito dias do mês de setembro de 2019, às 8h50min, na sede do Ministério
5 Público Federal, em Palmas, Tocantins, o Procurador da República e Coordenador
6 Adjunto do Fórum, Dr. Álvaro Lotufo Manzano, deu início à 13ª Reunião Ordinária
7 do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, com as boas
8 vindas aos presentes e solicitou aos participantes que se apresentassem. Lista de
9 presença no anexo I. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1 – Aprovação da
10 Ata da 12ª Reunião Ordinária do Fórum; 2 – Informes da rede analítica PQA; 3 –
11 Informes dos relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 e escolha do relator da
12 Comissão Temporária de Políticas Públicas; 5 – Palavra livre e encerramento. Com
13 relação ao item 1 da pauta, a Ata da 12ª Reunião Ordinária foi aprovada por
14 unanimidade pelo plenário. No 2º item da pauta, o Coordenador Adjunto do Fórum
15 apresentou os informes: Lembrou do curso de Estratégias de Atuação em Face dos
16 Impactos dos Agrotóxicos; II – fez a apresentação de Maria Isabel Miranda, como
17 nova secretária-executiva do Fórum e apresentou Mônica Costa, em substituição de
18 Gisele Akemi, na relatoria da Comissão 2. No 3º item da pauta, foram apresentadas
19 as ações da Rede Analítica PQA. O professor Emerson Adriano Guarda relatou as
20 dificuldades para atingir as metas definidas para a Rede Analítica, na medida em
21 que as atividades na UFT estão estagnadas, devido às dificuldades enfrentadas
22 pela falta de alunos interessados em participar do projeto, em razão dos cortes nas
23 bolsas universitárias para pesquisa. Na sequência, informou que, apesar das
24 dificuldades, a Rede pretende realizar, com participação dos acadêmicos, visitas às
25 hortas comunitárias de Palmas, para levantar os tipos de agrotóxicos que estão
26 sendo usados e realizar análises. Além disso, o Prof. Emerson anunciou a criação
27 de um núcleo voltado para a pesquisa em agrotóxicos, tendo como integrantes a
28 professora Patricia Guarda, Kelen e Dr. Denilson para que seja feita a aproximação
29 de professores atuantes na área. O relator da Rede, ainda cumprimentou e
30 agradeceu a Dra. Gisela Nabuco pelo direcionamento de valores para a ampliação
31 do LAPEQ e aproveitou a oportunidade para ressaltar a necessidade de estruturar o
32 laboratório. Em complemento à fala do Prof. Emerson, Patricia Guarda explanou
33 sobre o trabalho realizado nas feiras em 2014 e também como seria levantado esse
34 perfil de consumo em 2019. Por sua vez, Maria Sturmer, representante da
35 Associação Água Doce, solicitou que a região do Taquaruçu Grande fizesse parte
36 desse recorte de pesquisa. Já a representante da ULBRA, profª. Conceição, alertou
37 sobre a contaminação do solo e também sobre a necessidade se rastrear os
38 produtos vendidos por quem não é produtor e que em sua maioria são produzidos
39 em outras regiões do estado ou mesmo fora do Tocantins. Na sequência, Mônica
40 Costa (SES-TO) apresentou de modo breve seu projeto de pesquisa e apontou a
41 necessidade de interação com a rede analítica. A partir do desabafo do prof.
42 Emerson Guarda, sobre a escassez de mão de obra estudantil, Conceição (ULBRA)
43 apresentou como solução a maior integração entre as instituições. Aproveitando o
44 gancho das hortas, Carlos (ADAPEC) falou sobre o trabalho de pente fino que a
45 ADAPEC está realizando nas hortas de Palmas, há mais de 1 semana e lamentou a
46 dificuldade de fazer as visitas por conta da falta de combustível. Juliano (ADAPEC)
47 complementando a fala de Carlos, apontou como preocupante a utilização de
48 domissanitários em hortas comunitárias e, que têm sido feitas várias notificações
49 em face dessa utilização. Ao ser apontada a responsabilidade da prefeitura de
50 Palmas em face das hortas comunitárias, Carlos (ADAPEC) destaca a necessidade
51 da municipalidade compor o Fórum. Juliano informou, em seguida, que
52 encaminhará uma proposta de lei para a Câmara Municipal de Palmas, proibindo o

53 uso de agrotóxico e domissanitário em Palmas. Maria Sturmer alertou sobre a
54 dificuldade que os produtores têm de passar pelo processo de reversão e que estes
55 necessitam de apoio financeiro e assistência técnica durante esse processo. O
56 Coordenador Adjunto do Fórum, Álvaro Manzano, enfatizou a necessidade de
57 orientação de qualidade aos produtores. Adriane Valadares (ATOBio) sugeriu que
58 seja discutida uma meta para que o fórum solucione a falta de informação por parte
59 dos produtores. Dessa forma, o Dr. Álvaro sugeriu que seja feito um convite à
60 Prefeitura de Palmas para uma reunião, a partir dos resultados das atividades da
61 ADAPEC, para tratar da questão da utilização de agrotóxicos no cinturão verde de
62 Palmas. Ficou sugerido também o convite à prefeitura de Porto Nacional (em face
63 do Assentamento Setor São João e Luzimângues). Ao ser questionada sobre a
64 realização de alguma ação de educação ambiental por parte do Ruraltins, Drielly
65 pontuou que, apesar de atender ao Assentamento São João, o público-alvo é o
66 rural e que há a necessidade de parceria com a Prefeitura para que seja feito um
67 trabalho de capacitação dos produtores das Hortas Comunitárias. Mônica Costa
68 sugeriu que seja encaminhado um ofício para as instituições integrantes do Fórum,
69 a fim de garantir recursos para os fins e objetivos de combate aos impactos dos
70 agrotóxicos. Na sequência, Dr. Álvaro pediu que sejam expedidos ofícios aos
71 órgãos que compõem o Fórum para que reservem recursos para as ações de
72 Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Nos Informes da Comissão I – Devido à
73 ausência de Bruno Borges, relator da comissão I, Carlos (ADAPEC) informou a
74 todos sobre a operação que o Ibama pretende realizar, com o objetivo de apreender
75 agrotóxicos contrabandeados. Solicitou o apoio do Fórum, por essa ação se tratar
76 de um trabalho isolado de um órgão. A Secretária Executiva do Fórum propôs que
77 seja feita ação conjunta entre alguns órgãos. Dr. Álvaro apontou que na próxima
78 reunião do Ibama o fórum deveria participar, falou ainda sobre a dificuldade de
79 chamar o MAPA para participar das ações conjuntas devido sua parcialidade. A
80 respeito de recursos para ações, Dr. Álvaro, mencionou a estratégia de colaborador
81 eventual, que geralmente os órgãos preveem recursos para tal e que seria
82 interessante o Bruno fazer uma reunião com os Ministérios Públicos. Informes da
83 Comissão II - A relatora Mônica Costa apresentou as ações da SES-TO de Junho a
84 Setembro/2019; que foram basicamente, levantamento de informações acerca da
85 situação dos almoxarifados municipais que armazenam pesticidas utilizados na
86 saúde pública no Tocantins; Vigilância e monitoramento contínuo do agravo de
87 intoxicação por agrotóxico com discussão de casos na Unidade de resposta rápida;
88 Vigilância de investigação de óbito com suspeita de intoxicação por agrotóxico;
89 Grupo intrassetorial de discussão para o monitoramento da saúde dos agentes de
90 endemias do TO e divulgação em Conselho de Intergestores Regionais; Vigilâncias
91 de mapeamento de risco nos municípios quanto as embalagens e produtos
92 vencidos dos pesticidas de uso na saúde pública. Realizar atividades integradas e
93 intersetoriais de prevenção em vigilância em saúde para municípios prioritários no
94 Estado do Tocantins relacionados com o uso de agrotóxicos. Realização de
95 Inspeção Sanitária em Sistema de Abastecimento de água de consumo humano
96 Informou sobre a reunião que ocorreu no dia 16/09/2019 e que há grande
97 dificuldade de integração dos membros e perguntou como deve ser feita a
98 notificação dos membros faltosos. Em solução à dificuldade de comunicação entre
99 os órgãos, ela propôs o compartilhamento de informações na nuvem, para que haja
100 o controle das atividades das comissões. Cada relator das comissões ficaria
101 responsável por inserir as informações. A sugestão ficou de ser aprovada na
102 próxima reunião. Nos informes da Comissão III, a professora Patrícia Guarda
103 levantou questionamentos a respeito do galpão de armazenamento de agrotóxicos.
104 Ela aponta que não houve avanços por conta de questionamentos acerca do tipo de

105 agrotóxico que ficará nesse galpão (se apreendidos, adulterados, contrabandeados)
106 o volume, área disponível, transporte e segurança. Patricia também relatou as
107 dificuldades de acesso a outros sistemas para verificar o conteúdo a ser alimentado
108 no ambiente WEB. Na sequência Carlos (ADAPEC) falou que passará os contatos
109 de outros Estados, no caso, Santa Catarina, que possui o galpão e ainda solicita o
110 acionamento da Receita Federal BPMA e CINDVEG; Prof. Patricia levantou a
111 hipótese de criação de um fundo específico para manutenção do galpão. Dr. Álvaro
112 decidiu que será criado um grupo de trabalho presidido pelo Fórum com os órgãos
113 envolvidos na fiscalização dos agrotóxicos e que a reunião será presidida pelo
114 coordenador do Fórum. Ficou também decidido que Juliano (ADAPEC) será o
115 relator da Comissão Temporária de Políticas Públicas. Na palavra livre e
116 encerramento, ULBRA e Ruraltins convidaram todos para 6º seminário de
117 agroecologia que ocorrerá no dia 11 de outubro na ULBRA. E Adriane Valadares
118 (ATOBio) sugeriu que seja pensada em alguma ação para o dia 03 de Dezembro,
119 dia mundial de combate ao uso de agrotóxicos.
120 Nada mais havendo a ser tratado, a 13º Reunião Ordinária foi encerrada, às
121 11h30min, cuja ATA foi por mim, Ádria Gomes dos Reis, Analista Ministerial do
122 Ministério Público do Estado do Tocantins, redigida e assinada.